

## A TRAJETÓRIA DA MULHER POLICIAL MILITAR – DA OPRESSÃO A CONQUISTA DE ESPAÇOS.

Camila Mireli Calaça de Sá; Marcus César da Silva Leandro

Universidade Federal do Vale do São Francisco, [camilapsicounivasf@gmail.com](mailto:camilapsicounivasf@gmail.com); Universidade Federal do Vale do São Francisco, [marcuscesarleandro@hotmail.com](mailto:marcuscesarleandro@hotmail.com).

### Resumo

A mulher durante muito tempo esteve alocada na representação de esposa, mãe e doméstica. Com o advento da modernidade, do capitalismo e com a luta feminista, essa mulher passa a conquistar espaços antes predominantemente marcados pelo masculino. Na polícia militar essa lógica é ainda mais prevalente, ao passo que essa corporação é fortemente marcada pelo machismo e patriarcado, onde se incidem as diversas formas de violência sobre o feminino. O presente estudo foi derivado de um trabalho de conclusão de curso, que investiga a trajetória de 5 mulheres policiais em uma corporação do interior da Bahia. Assim, buscou-se, através da análise do discurso, falas que denotassem conteúdos que apontassem para a existência de opressão e violência no cotidiano de trabalho dessas mulheres. Se investigou também possíveis estratégias que essas mulheres utilizam para conquistar esse espaço. Utilizou-se entrevista semiestruturada. Assim, foram observadas nesses discursos falas que apontavam para um forte atravessamento da questão de gênero no trabalho, de modo que elas sofriam ataques sutis e segregações por serem mulheres. Com isso, a subordinação do gênero feminino ao discurso forte e viril da polícia militar gera violência, tendo que por muitas vezes, essas mulheres procurarem mecanismos de resistência, em prol da conquista de espaço. Conclui-se, que essas relações derivam da lógica machista e patriarcal que esta imersa no imaginário social sobre essa mulher. Assim, é possível ampliar a discussão em torno da questão de gênero e compreender de que forma isso atravessa a rotina de trabalho da mulher no militarismo.

**Palavras-chave:** Mulher, Polícia Militar, Análise do Discurso, Violência, Resistência.

### Introdução

Com o advento da modernidade, o olhar sob a infância tomou um contorno diferente do que antes era vivido e o lugar de criação dos filhos e filhas também. O sentido da paternidade/maternidade se alterou, passando a ter grande importância a manutenção da prole, especialmente, a mãe biológica que fica à cargo dos cuidados e educação desses indivíduos, e essa foi a representação do trabalho da mulher durante muito tempo: de esposa, mãe e doméstica. Entretanto, com a considerada interação das meninas das famílias da elite no meio público da sociedade, perceberemos algumas mudanças e desajustes no que fora destinado a mulher (AREND, 2012).

Paulatinamente, o saber escolar foi imbricado na rotina das mulheres, deixando de ser privilégio só dos meninos, por mais que, ao realizarem a escolha profissional muitas optassem por extensões do doméstico, que remetiam a maternagem: magistério ou enfermagem (AREND, 2012). Acredita-se que, a formatação de um lugar para a mulher construído sócio historicamente com as relações de poder do patriarcado, machismo e o discurso biomédico sobre os corpos das mesmas

pode ter incidido nessa “natureza”. As lutas a partir do pensamento feminista se deram - e se dão - justamente no questionamento dessa subordinação da mulher, pensando em como isso chegou a esse ponto - de ser naturalizado - e de que modo se mantêm (PISCITELLI, 2004). E refletir sobre a categoria de ser mulher e suas atribuições (classe, raça, profissão, cor) é perceber que as mulheres são oprimidas pelo fato de serem mulheres (PISCITELLI, 2004). E o feminismo vem buscando com suas lutas um espaço para além do que se estar determinado; questionando e transformando a participação da mulher na sociedade, e o trabalho, como potencial transformador – principalmente nos moldes capitalistas – é uma preocupação também da mulher do século XXI.

Em um estudo feito por Quirino (2012) é retratado, a exemplo, a ocupação das mulheres nos postos de trabalho, mostrando a sua gradativa participação na População Economicamente Ativa (PEA), principalmente em áreas profissionais de prestígio como Medicina, Direito e Engenharia – profissão de “tradicional reduto masculino” (p.93). Para Pinto (2010) a questão dessas mulheres no próprio exercício de poder, de adentrar nesses espaços, nesses redutos, deve-se muito as atribuições dadas ao lugar permitido ou proibido a esta *persona*, aonde o exercício de poder está iminente claro. E que ao entrar nesses espaços de poder, não outorgados a elas, desafia-se a ordem hierárquica antes posta.

Pode-se notar, no artigo de Sabino e Lima (2015) o desafio que é a igualdade de gênero e poder, destacando os preconceitos que atravessam o mundo feminista, por exemplo, mulheres em cargos de chefia, mencionando a Presidenta – agora ex – Dilma, que comemorou o poder da mulher na ascensão política. Entretanto, essa realidade de apropriação de um lugar da mulher no poder e no mercado de trabalho, apesar de ter crescido, não está em pé de igualdade com o homem. Alves (2016) faz um estudo com relatórios nacionais e internacionais e aponta que já se reconhece um caminho para a emancipação feminina. Contudo, existem muitos desafios da equidade, como a eficiência de políticas públicas que incluam um incentivo à autonomia da mulher e a sua melhor inserção no mercado de trabalho, já que o homem ainda se sobressai.

Com a entrada da mulher na polícia não foi diferente. Souza (2015) rememora que a experiência da segurança pública no país é perpassada pelo nível de autoritarismo pelo qual se passou, tendo influencia também das grandes guerras que assolaram o globo – feito a Segunda Guerra Mundial. No espaço mundial, as mulheres começaram ajudando os seus maridos em lugares de cuidadoras dos feridos, para aos poucos deixarem de atuar mais na área de proteção para, muitas vezes, ficar lado a lado ao homem na investigação. No Brasil, percebe-se um movimento semelhante. Moreira e Wolff (2009) retratam que essas mulheres entraram na Polícia Militar em

lugares de cuidadoras – conduzindo velhos e crianças na rua, dando orientações – do que a atividade-fim ou costumeira da polícia – de uso da violência. Observa-se, que os padrões de gênero destinado para ambos os sexos também se perpetuam nesse trabalho, como se para a mulher foi destinado o doce e frágil e para o homem foi o aspecto bruto e viril do militarismo, instituição mergulhada nos moldes machista.

Não somente isso. Alguns desses aspectos ainda se perpetuam. Em um estudo realizado por Oliveira (2012) com homens e mulheres da Companhia Independente da Polícia Militar da Bahia, responsável por 13 cidades, averiguou a existência de práticas discursivas ou não que expõe as relações de gênero e poder na instituição. Cerca de 80% das mulheres se sentiam vigiadas com mais frequência por serem mulheres, principalmente por as considerarem sem o aparato da força e virilidade. E 85% dos homens não se sentem à vontade de serem subordinados a mulheres, por acharem que homens possuem perfil para liderança e de enfrentamento melhor do que as mulheres. Para essa autora, as mulheres policiais ainda não são vistas com naturalidade nesses espaços de poder. Percebendo assim, uma maior valorização dos aspectos masculinos.

Pensando nessas disparidades construídas sócio historicamente, e com a emergente ascensão da mulher no mercado comum, e no mercado militar, que remete à um lugar marcado por relações de poder que subordinam essa mulher aos ditames patriarcais, machistas e sexistas, que esse artigo logra consistência. Parte-se, então, de investigar quais opressões são vivenciadas por mulheres policiais militares em uma cidade do interior da Bahia e também as estratégias que elas usam para se inserir e resistir nesse espaço majoritariamente masculino, isso, a partir da categoria de ser mulher - mulher policial.

### **Metodologia**

Esse artigo se baseia em uma pesquisa concluída de trabalho de conclusão de curso dos referidos autores, desenvolvido na Universidade Federal do Vale do São Francisco nos anos de 2016-2017, tendo sido aprovada junto ao Comitê de Ética da Universidade em questão. Foi utilizada uma linha de pesquisa cuja natureza é qualitativa, onde se trabalha com significados, valores, motivações, ou seja, percepções pessoais que não podem ser reduzidas a quantificações, pois o objetivo aqui é responder a noções bastante particulares (MINAYO, 1993).

Visou-se percorrer as trajetórias de 5 mulheres policiais militares, atuantes há mais de 2 anos na profissão e que trabalhassem tanto na *atividade-fim* - conhecida por atividade ostensiva e tendo por objetivo a preservação da ordem pública nos espaços públicos através de medidas preventivas que buscam evitar o dano ou perigo à população - quanto na *atividade-meio* – que se refere às

atividades de organização de documentação, procedimentos burocráticos, a concessão de férias, licenças e outros direitos dos policiais, conhecida como área administrativa - de uma cidade do interior da Bahia. Optou-se pela entrevista semiestruturada como forma de captar as informações que respondem aos questionamentos do nosso trabalho.

Prezando pela confidencialidade de suas identidades, foi adotado codinomes alternativos para as elocuições no texto. A partir das falas de cada mulher sobre o seu dia-a-dia como mulher policial, utilizamos para a análise dos dados recolhidos a Análise de Discurso de linha Francesa (ORLANDI, 2009) que busca transmutar a mensagem linguística em um discurso que produza sentidos, formas significativas de expressão daquele sujeito. Com isso foi possível fazer leituras aprofundadas, recortando discursos pertinentes que indiquem as relações de poder que essas mulheres vivenciam em seu cotidiano e que estão permeados em seus dizeres.

### **Resultados e Discussões**

Gomes (2010) compreende que a violência contra a mulher vai além do substrato corporal, derivam também, da ordem de abusos, espancamentos, violência física ou psicológica; a violência que incide sobre ela está engendrada no imaginário da sociedade por diversas expressões de linguagem que subordinando-a ao poderio masculino, demonstrando um sentimento, por vezes, de intolerância a esse gênero. Na vida das mulheres PM's, do qual o nosso estudo se debruçou, apontam para diversos tipos de opressão de gênero, algumas delas, cultivadas pela cena familiar – percebe-se isso nos comentários sobre a iniciação na carreira militar. Segue as falas: “... achava perigoso e ficou assustada. Porque mãe é sempre mãe. Instinto de proteção” (Bárbara); “Que isso não era vida pra mim. Meio que eu sou muito delicada. Que o militarismo é muito... não combinava comigo. Mas eu sinto que eu acho que a razão não era essa. Era eu ser a esposa dele. Eu acho né? (Valesca).

Pode-se considerar que o ambiente familiar é um dos primeiros contextos que mais reforçam essa construção social do gênero, onde o jovem menino é voltado para atividades de luta e de encontro ao público, enquanto a menina está destinada a reserva, a um ambiente mais calmo, privado, frágil (SILVA, 2013). Essas interações sobre o gênero desde a tenra infância propagam um único padrão de ser mulher. Dificultando, inicialmente, até na significação de ser mulher e mulher policial, já que não associam uma confluência das duas. Esse padrão reproduzido pela família é possível observar na pesquisa de Feitosa (2010, p.52) realizada com policiais militares do Ceará, onde lançou um olhar sobre a reação das pessoas mais próximas e familiares frente a entrada delas na polícia, onde essas PM's relatam “achou que eu pudesse me tornar uma pessoa intolerante e

agressiva” ou “recebi muitas críticas e incentivos para sair “daquele” emprego”. São dizeres que remetem ao exercício da profissão está sempre voltado para esse elemento masculino, para uma imagem agressiva da polícia, em contraponto ao lado feminino que não parece comportar elementos para exercer a função de polícia.

Contudo, as impressões acerca dessa mulher no exercício da dinâmica militar não têm somente o olhar de suas relações interpessoais acometendo a sua entrada e permanência nesse lugar. Quando a mesma se inclui nessa instituição – que como foi pontuado, é machista e com forte predominância do masculino – percebe que esse olhar sobre a sua capacidade, sobre o seu corpo e sobre o seu gênero é fortemente atingida por essa grande dinâmica opressora e hierárquica. Essa mulher, agora também militar, vai passando pelo crivo do que Foucault (1979) retrata nas relações de poder da efetividade dos “discursos verdadeiros” sobre as massas, que vai permeando o cotidiano de formas legítimas ou não das pessoas serem. Com isso, o militarismo por ser uma instância de poder, que atua diariamente sobre o social, apresentam esses discursos que vão incidindo sobre os corpos, principalmente daquele que historicamente foi submisso as regras e códigos sociais – como o patriarcalismo.

Observa-se que por se tratar de uma instituição construída na égide da masculinidade, os discursos de virilidade e uso de força são usados para oprimir o lugar da mulher na corporação. As formas de tratamento que os colegas travam com essas mulheres PM's incidem justamente naquele imaginário que violenta essas mulheres que tentam adentrar mais um espaço, espaço aqui, de poder. Como podemos examinar nos seguintes discursos:

“Porque a mulher tinha que tá em casa, cuidando dos filhos (risos). Tem nada que tá aqui. Mas de maneira sutil, muitos falam de maneira sutil”. (Daiane)

"ah, você não quis ser patrulheira? Tá deixando a arma longa, tá de macete?", "tá deixando porque tá pesada pra você?". (Junnia)

“Tem policiais que defendem veementemente a ausência da mulher na polícia e com unhas e dentes mesmo. Mulher não pode fazer nada de errado porque diz que a mulher ...” (Daiane)

“... a mulher perceber que nunca lhe colocam, por exemplo, na viatura”. (Daiane)

“Como se a gente tivesse ali de intrusa [...] muitas missões, muitas demandas não são passadas pra nós por sermos mulheres”. (Daiane)

Observam-se falas semelhantes no estudo realizado por Silva (2015, p.77) com o intuito de analisar a presença da mulher policial militar no Amapá. Uma praça (serviço-fim da polícia) relata: “Mas a gente percebe que alguns ficam receosos, principalmente se tu é pequena, se tu é mulher, de



te assumir naquela guarnição”. A fala de uma oficial denuncia os mesmos agravos: “E não foi uma vez não [que um homem solicitou a troca de uma policial], foram várias vezes, e não foi só ele não”. Apesar desses movimentos frente a sua capacidade, subestimando-as, a policial militar – no caso da oficial – enfatiza que se a formação profissional é a mesma para homens e mulheres, então, ambos possuem habilidades, são aptos a prestarem os mesmos tipos de serviços. Porque não desenvolver o que aprendeu? As mulheres que se posicionam de encontro com os lugares que a querem destina-las, resistem e ocupam esses espaços tão difuso do masculino, em que esses mesmo homens reivindicam para si, pertencente a eles.

Brasil (2013) realizou um estudo com mulheres da segurança pública do país e constatou que para essas, as experiências ditas de opressão: humilhações, desrespeito e discriminação, fazem parte do cotidiano de ambos os sexos. Entretanto, para as mulheres, os casos são agravados devido à incidência de assédio e constrangimentos de natureza sexual, de ordem misógina, o que é perceptível também na experiência das mulheres desse estudo. Braga (2014) traz que as mulheres policiais militares são observadas em tudo que fazem, sendo sempre motivo de desconfiança pela parte dos colegas, gerando um controle excessivo no que diz respeito ao seu trabalho, por diversas vezes, recusando trabalhar com essas ou realocando o seu trabalho para outro setor. E isso ainda é mais prevalente com mulheres do operacional que estão diretamente no ostensivo, a violência. Esse aspecto opressivo pode também, culminar na não expansão das mulheres em lugares que elas queiram ocupar, não as estimulando-as aos espaços públicos e de poder, sendo constantemente controladas, como afirma Pinto (2010).

Portanto, esses discursos vão moldando as vivências dessas mulheres. Discursos esses, que regulam os sexos (BUTLER, 2014). Nota-se o quanto a subordinação dos assédios desses homens para com essas mulheres deriva dessa lógica heterossexual que regula as relações. E ainda segundo a mesma autora, o momento do assédio é esse, onde explicitamente, é vista a cena da subordinação sexual e o gênero é produzido como alegoria, de um dominante sob um dominado. Entretanto, apesar desses movimentos de violência existir dentro da profissão, há também um de resistência, ou como falam, “autoafirmação” (sic), em decorrência aos ataques direcionado a elas:

“E as vezes por não ceder a esse tipo de assédio, poderia ser perseguida. Botar em uma missão ruim pra lhe prejudicar, pra vê se você cedia ou alguma coisa.”  
(Junnia)

“Procurar superiores dos superiores. Amizades superiores, ou nos pares para interceder. Fugir ou pedir transferência daquele lugar.” (Daiane)

"tá vendo ai, não sei pra que policial na policia". Já ouvi várias vezes isso ou "vem pra cá pra ficar chorando"... porque o comandante deu 2 gritos nela. Você não pode! Tem que mostrar força." (Daiane)

"o que eu sinto é de tá sempre se auto afirmando. Você na condição de mulher tem que fazer algo muito melhor do que o homem, para as pessoas acharem que você é boa". (Daiane)

Oliveira (2012) destaca que nesse ambiente militarizado, assim como em outras instituições totais, a questão do reforço à ideologia presente nesse espaço é cíclica, pois as disposições ao preconceito atingem a todos, e é reproduzido, mesmo que de forma sutil, pela própria mulher. Aquilo que poderia ser contestado, volta ao patamar de subordinação aos discursos já enraizados no campo militar. A partir da ideologia do grupo no discurso "que todo mundo é tratado igual", da mesma "maneira" – findando, muitas vezes - na manutenção dos discursos e hierarquias, silenciando-se diante de alguma forma de mudança. No caso dessas mulheres, percebemos o movimento de resistências desses lugares, apontando para relações de poder que perpassam o seu cotidiano de trabalho.

Questiona-se também, a partir desses discursos, a forma truculenta que a polícia costumeiramente atua em sociedade. Seja no ser "forte" ou no mostrar "ser boa". Segundo Cappelle (2006) apesar de corpo militar ser caracterizado pelos já ditos aspectos de força e virilidade, se faz necessário atentar-se para novas formas de atuação, no que se refere a interação com a sociedade, destacando a capacidade de lidar com pessoas, de desenvolver vínculos com a sociedade, vendo esse corpo social como clientes no qual se oferecem serviços. Uma percepção que aponta para um policialmente mais comunitário e preventivo, provocando outros tipos de habilidades que não seja só o uso da força.

Os movimentos de resistência e autoafirmação em decorrência dessas relações de poder por lá estabelecidas podem indicar algumas nuances intrincadas com o advento das lutas pelos direitos das mulheres: a luta pelo espaço no mercado de trabalho, pela desconstrução dos paradigmas de gênero e desses lugares nitidamente tomado pelos homens e tentar ascender perante a esse regime truculento. Porém, isso evidencia que ainda se tem muito a que discutir sobre o poder militar, sobre os papéis de gênero que influenciam nas formas de tratamentos dentro da instituição, pois como retrata Brasil (2013) apesar de existirem casos de assédios, discriminação por essa relação de gênero, não existem órgãos responsáveis que acolham essas denúncias e tratar os casos pela lei, ficando à cargo de terceiros ou superiores intercederam para que esse tipo de violência não prossiga. Todavia, a transferência de local - que é um ato corriqueiro nesses eventos - não é uma medida que

realmente combata essa regulação do gênero, a propósito, pode só ser uma forma de retroalimentar esses mesmos comportamentos, evitando um confronto mais profundo com a questão das relações de poder.

## **Conclusões**

Foi possível perceber através dos discursos das mulheres policiais militares que há, no cotidiano de trabalho delas, um forte atravessamento da questão de gênero, de modo que a discriminação e os preconceitos acompanham essas mulheres desde a sua entrada na corporação, com discursos que envolvem os entes familiares, principais socializadores da questão de gênero –o que é de menino e menina. Repercutindo em possíveis espaços que essas mulheres podem estar, predominando o viés da força e virilidade, sem notarem a valor da categoria mulher na ocupação de espaço social, público.

Contudo, para resistir aos processos de coerção do poder exercido pelos homens na corporação militar, essas mulheres se valem de mecanismos de resistência, a exemplo de buscar auxílio de seus superiores, como forma de burlar essa violência que as intimidam, tentando assim, poder garantir o seu espaço dentro da corporação, como profissional e mulher. Ressalta-se, também, a importância de pesquisas que aprofundem cada vez mais nas relações sexistas que permeiam a questão do poder no militarismo, de forma que elas contribuam para o desenvolvimento de políticas públicas que visem a reformulação do tipo de serviço militar que está sendo prestado à sociedade civil.

## **Referências**

ALVES, J. E. D. **Desafios da equidade de gênero no século XXI**. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2016, vol.24, n.2, p.629-638. ISSN 0104-026X. <http://dx.doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p629>.

AREND, S. F. Trabalho, escolar e lazer. In: **História das Mulheres no Brasil**. Pinsky, C.B; Pedro, J.P (Orgs). Ed. Contexto, 2012, p. 67-83.

BRAGA, E. D. **A mulher nas unidades operacionais da Polícia Militar de Sergipe: sociabilidades de um cotidiano profissional**. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Natal – RN, 2014.

BRASIL. **Mulheres nas instituições da segurança pública: estudo técnico nacional**. Secretaria Nacional de Segurança Pública, Brasília – DF, 2013.

BUTLER, J. **Regulações de gênero**. *Cadernos Pagu*, 2014, (p. 249- 274). doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>



- CAPPELLE, M.C.A. **O trabalho feminino no policiamento operacional: subjetividade, relações de poder e gênero na Oitava Região da polícia militar de Minas Gerais.** (Tese de doutorado em Administração). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2006.
- FEITOSA, A.C.N. **Inserção das mulheres na polícia militar do Ceará: gênero e policiamento comunitário.** (Monografia). Universidade Estadual de Ceará. Fortaleza, CE, 2010.
- FOUCAULT, M; MACHADO, R. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro. Graal, 1979.
- MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** 6a Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.
- MOREIRA, R; Wolff, C.S. **A ditadura militar e a face maternal da repressão.** Dossiê gênero, feminismo e ditaduras. Ano X, n. 21, 2º. Semestre, 2009, (p. 56-65).
- GOMES, S. **Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher.** Psicologia, ciência e profissão. 30(3), 2010, p. 556-571.
- PINTO, C. R. J. **Feminismo, história e poder.** *Rev. Sociol. Polít.* 2010, v. 18, n. 36, p. 15-23.
- PISCITELLI, A. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: Costa, Claudia de Lima & Schmidt, Simone Pereira. **Poéticas e políticas feministas.** Florianópolis, SC: Ed. Mulheres. 2004, p. 43-66.
- QUIRINO, R. **Trabalho da mulher no Brasil nos últimos 40 anos.** Revista Tecnologia e sociedade, 2º edição, 90-102. ISSN (versão online): 1984-3526, 2012.
- SABINO, M. J. C; LIMA, P. V. P. S. **Igualdade de gênero no exercício do poder.** *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2015, vol.23, n.3, p.713-734. ISSN 0104-026X. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p713>
- SILVA, S.K.M. **Mulheres policiais: um estudo sobre a presença feminina na polícia militar do Amapá.** (Dissertação de mestrado em desenvolvimento regional). Universidade Federal do Amapá. Macapá, AP, 2015.
- SILVA, A. K. L. S. **Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social.** *Rev. NUFEN* [online]. 2013, v.5, n.1, p.12-25. ISSN 2175-2591
- SOUZA, M.S. **Sou policial, mas sou mulher: gênero e representações sociais na polícia militar de São Paulo.** (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2015.
- OLIVEIRA, L. S. **“Teto de vidro” relações de gênero, relações de poder e empoderamento das mulheres na Polícia Militar.** (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2012.

ORLANDI, E.P (2009). **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8.ed. Pontes. Campinas, SP, 2009, p. 62-65.